

# O 'socialismo' de Brasília

27 JAN 1989

J. O. DE MEIRA PENNA

DEBOTA 3

**Q**uando Lúcio Costa desenhou o Plano Piloto de Brasília e redigiu o famoso e admirável relatório justificando seu projeto, tinha em mente resolver os problemas sociais da população que se iria estabelecer na nova Capital. O objetivo era vagamente "socialista". De acordo com suas convicções, tratava-se de evitar a especulação imobiliária e os mais aberrantes contrastes entre as residências dos ricos e dos pobres. Procurava-se na arquitetura um nível médio e a coletivização geral segundo critérios corporativistas: funcionários da Fazenda aqui, militares ali, bancários acolá, deputados, juizes, diplomatas mais além. Surgiram os edifícios de apartamentos nas Superquadras, todos igualzinhos, como batelhões em ordem unida.

Foram abolidas as diferenças na mente de Oscar Niemeyer, o qual se declara comunista: monotonia nas fachadas privadas, ostentação nas fachadas públicas. O próprio construtor de Brasília, seu grande fundador, o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, nunca escondeu a idéia de que a nova capital seria a meta suprema de seu programa de desenvolvimento econômico e social.

Bem distinta é hoje a realidade de Brasília, com o "tudo pelo social". Se por um lado ultrapassou o crescimento da cidade a meta inicial de meio milhão, meta que mesmo os mais otimistas acreditavam só seria alcançada no final do século, os contrastes sociais se acentuaram ao invés de reduzir: o Estado nacional-socializante providenciou a consolidação dos privilégios de sua própria *Nomenklatura* burocrática. Descubro em Brasília uma grande ironia que, de certo modo, define o ocorrido: o acúmulo inesperado de migrantes rurais procedentes de Goiás, Minas e Nordeste fez transbordar os limites impostos aos planos habitacionais. Proliferaram as "invasões", que são as favelas de Brasília.

O Governo criou a "Comissão para a Erradicação das Invasões", sigla CEI, mas medrou, então monstruosa, a Ceilândia, a maior favela do Brasil, com meio milhão de habitantes, o teto exato que se propunha para a igualitária capital "socialista". Na Ceilândia, são pântanos as ruas na época das chuvas, pistas que levantam ventos rubros de poeira na época da seca; o índice de criminalidade espantoso; a instrução primária incipiente. E mais uma curiosidade: não foi ali, mas na área dita "nobre", que foi eleito um dos seis deputados comunistas do Congresso. Pior é a "invasão do Paranoá", onde barracos de cem mil pessoas comprometem uma das "áreas nobres" à beira do lago.

Com a Nova República, o "tudo pe-

lo social" funcionou em Brasília de modo peculiar. Sob a batuta biruta do José, dito o "Desaparecido", assistimos ao trabalho insano de retirar a cobertura de mármore do Palácio da Justiça, de modo a voltar ao plano original niemeyeriano de concreto à vista. Os arcos da fachada foram substituídos por uma forma de colcheia musical, para satisfazer ao capricho estético do arquiteto. Não houve verba, contudo, no Ministério da Justiça, para construir penitenciárias onde se revoltam, periodicamente, milhares de criminosos dirigidos pela Falange Vermelha. Nem na Secretaria de Educação para construir escolas.

"José Desaparecido" granjeou para a cidade o título de patrimônio da humanidade — certamente o patrimônio mais imundo do planeta, papéis e detritos de toda espécie nos gramados, buracos de rataznas, vias esburacadas, mato crescendo nos jardins, "tudo pelo social!". O orçamento está evidentemente comprometido com a folha do pessoal mas nessa folha não figuram nem varredores de rua, nem consertadores de pistas de automóveis. Construiu-se, porém, um horrendo e supérfluo monumento de mármore, com vitrais, que deve ser o Mausoléu da Democracia, pois ostenta chama eterna e tudo. Ouvi dizer que é em homenagem ao Tancredo, o qual acentuou que seu princípio de governo seria "não gastar!"

Edificaram-se outros monumentos: um Museu do Índio, por exemplo, e um novo edifício para o Tribunal de Contas do DF — o qual Tribunal não tem procurado reduzir as contas do Governo local, todas elas consumidas em salários e mordomias de milhares de funcionários ociosos. Não se cogitou de habitações populares pois **del dicho al hecho ha gran trecho**, como dizia Sancho Pança... Nos anos de construção sabiamente procurou a Novacap atrair o interesse material da classe média burocrática, facilitando-lhe a compra de imóveis e a instalação em Brasília. Era assim possível, em 1958/59, adquirir às cegas, diretamente da Novacap e por quantia insignificante, um terreno de 20 mil metros quadrados na área dita "Mansões Parkway" (incidentalmente, nem a letra K, nem a letra W figuram oficialmente no alfabeto português). Essa área da Parkway é quase tão extensa quanto a do Plano Piloto e também quase a metade de seu espaço disponível classificado como "área verde" — sendo terreno público. Mas, aos poucos, todos os proprietários foram abocanhando pedaços nas vizinhanças e em breve o espaço inteiro terá sido "privatizado", inclusive pelos "miseráveis" (para os quais, segundo Ulysses, foi elaborada a Nova Constituição), que se transformaram em posseiros e constróem

seus barracos ao lado de luxuosas viviendas. Considerai que Brasília desfruta de imensas áreas abandonadas em seus arredores e nos interstícios entre as Cidades Satélites — espaço que seria mais do que suficiente para loteamento e estabelecimento regular de um milhão de famílias carentes. Ninguém pensa nisso porque pensam no slogan "tudo pelo social!"...

Trinta anos depois da construção de Brasília, continua o Estado magnânimo, inepto e corrupto (o "Ogro Filantrópico" como a ele, no México, se refere Octavio Paz) a manter mais de três mil unidades habitacionais como mordomias para seus funcionários. O Governo já declarou n vezes que deseja vendê-las. Conheça, entretanto, um velho servidor subalterno do Itamaraty que mora há dez anos num desses "apartamentos funcionais" e o quer comprar, mas não consegue sobrepujar o cipoal burocrático que atrapalha o negócio porque o segredo é o pistolão. É isso mesmo, "tudo pelo social!". Tudo pelo social também nos transportes coletivos que são, com o problema da habitação, uma das preocupações diárias das classes pobres.

Os magníficos urbanistas e arquitetos de Brasília são socialistas mas nunca pensaram em transportes coletivos: planejaram a cidade como se fosse destinada às classes média e alta que dispõem de automóvel. Brasília registra o maior índice de propriedade de carros, mas um milhão de outros habitantes dependem de um infecto serviço de ônibus. Um Governo racional, preocupado com o desenvolvimento social e econômico do País, teria cogitado, no momento da construção da capital quando era o espaço vasto, vazio e gratuito, de estabelecer uma rede densa de bondes ou metrô de superfície. Em vez de construir a primeira cidade do futuro, construiu-se a última cidade da idade obsoleta do automóvel particular...

Mais um derradeiro exemplo do "socialismo" no estilo burocrático de Brasília: a Fundação do Serviço Social reserva para um orfanato que conheço, o Lar Betel, em Taguatinga, NCZ\$ 0,67 por criança abandonada, por dia. O Lar Betel é obra singular de um homem extraordinário, o pastor evangélico Ernesto Swartele, inteiramente dedicado ao trabalho filantrópico. O orfanato estaria fechado não fosse o auxílio espontâneo proporcionado pelo Clube das Senhoras Americanas de Brasília, pois 67 cruzados (antigos) por criança não dá nem para comprar uma garrafa de leite vazia.

No País do faz-de-conta, onde tudo é pelo social, o social é menos do que tudo...

J. O. de Meira Penna é Embaixador, professor na Universidade de Brasília e sociólogo.